

Paixão pelo SUS*

A passion for the Unified Health System

Luiz Roberto Barradas Barata

O mundo acompanhou recentemente a batalha travada pelo governo norte-americano para promover uma profunda reforma de seu sistema de saúde, que irá atender mais de 46 milhões de americanos, atualmente sem cobertura médica garantida. A ideia é estender o direito de assistência médica a esses cidadãos, como aquele garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a todos os brasileiros.

No Brasil, a assistência médica é um direito universal há mais de duas décadas. De um sistema centralizado na atenção hospitalar e restrito aos que contribuíam com a Previdência Social, o País passou, a partir da Constituição Federal de 1988, a ter um modelo de saúde descentralizado, com forte participação social, foco na atenção primária, promoção da saúde e acesso universal e gratuito a todos os brasileiros. Uma revolução social apaixonante.

Por ocasião da implantação do SUS, houve quem classificasse como utópica a proposta dos sanitaristas brasileiros. Vinte anos depois, em São Paulo, a utopia tornou-se realidade, garantindo a todos do mais simples remédio para dor de cabeça até técnicas avançadas de neurocirurgia, da consulta médica até os caríssimos medicamentos para câncer e Aids.

Os resultados alcançados pelo trabalho solidário realizado por União, Estados e municípios em prol da universalidade e da

integralidade no atendimento em saúde são de domínio público: acentuada redução da mortalidade infantil (em São Paulo, o índice caiu pela metade entre 1994 e 2008); eliminação de doenças como a paralisia infantil, o sarampo, a difteria e, mais recentemente, a rubéola; e queda expressiva nos índices de morbimortalidade por Aids, além de aumento de quatro vezes no número de transplantes de órgãos e eliminação da fila de espera para o transplante de córnea em São Paulo.

Passadas duas décadas, está mais do que na hora de promover novo salto, quantitativo e qualitativo, na assistência em saúde oferecida pelo SUS aos brasileiros. E, para isso, algumas medidas são imperativas e urgentes.

Faz dez anos que a emenda constitucional nº 29, que determina o quanto cada governo deve destinar de seu orçamento para a saúde, vigora sem ser regulamentada, o que seria essencial para estabelecer o que pode ser ou não considerado gasto com saúde, assegurando que os recursos sejam, de fato, aplicados na área.

Do mesmo modo, faz-se necessário o reajuste substancial dos valores pagos pelo SUS aos hospitais públicos e privados que prestam serviços ao sistema. Hoje, boa parte dos procedimentos está subfinanciada, como é o caso do valor pago para a realização de um parto (R\$ 602), que é, em

*Artigo originalmente publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 02/02/2010

média, metade do gasto dos hospitais com o procedimento.

Nos últimos anos, o Ministério da Saúde, diante das limitações orçamentárias impostas pela equipe econômica do governo, vem promovendo alguns aumentos pontuais nos valores, porém ainda tímidos, o que castiga sobremaneira os hospitais do sistema e faz com que muitos prestadores deixem de atender a população usuária da rede pública.

É urgente promover uma integração entre as duas redes de atendimento da população brasileira: o SUS e a rede de convênios e planos de saúde. Essa integração entre os dois sistemas permitiria regularizar encaminhamentos, disciplinar competências e usar de forma mais racional e justa todos os equipamentos de saúde existentes, em prol do melhor atendimento da população.

Isso é possível. E foi o que aconteceu na mais recente epidemia de gripe suína, quando um laboratório (Instituto Adolfo Lutz) e um hospital públicos (Emílio Ribas) uniram-se às unidades privadas de saúde para atender de forma articulada a população paulista.

Há de considerar, também, a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de remuneração dos médicos e demais profissionais do setor público, com bonificações por mérito e desempenho, bem como expandir modelos de gestão que já demonstraram sua eficiência, como o das organizações sociais de saúde, que aliam modernas ferramentas da administração privada ao absoluto controle por parte do poder público.

O desenvolvimento do SUS foi fruto de um trabalho intenso e apaixonado. Esse esforço deve, agora, ser acompanhado da ampliação das fontes de financiamento e de